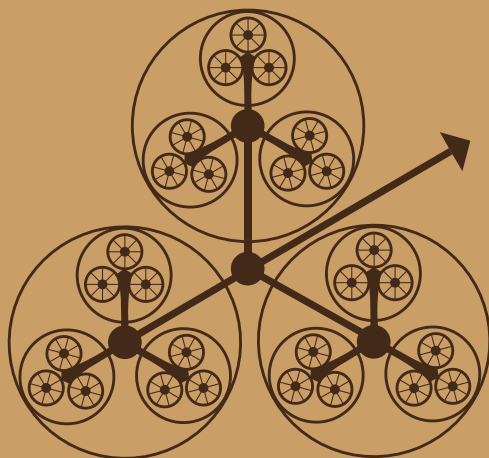


**PEDRO SISNANDO LEITE**  
ORGANIZADOR

**PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL RURAL INTEGRADO  
EXECUTADO PELO  
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL  
COM O APOIO DO  
SETTLEMENT STUDY CENTER  
DE REHOVOT (ISRAEL)**  
(MEMÓRIAS)



Fortaleza | Ceará | Brasil

**PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL RURAL INTEGRADO  
EXECUTADO PELO  
BANCO DO NORDESTE  
DO BRASIL  
COM O APOIO DO  
SETTLEMENT STUDY CENTER  
DE REHOVOT (ISRAEL)  
(MEMÓRIAS)**

**Pedro Sisnando Leite**  
(Organizador)

**PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL RURAL INTEGRADO  
EXECUTADO PELO  
BANCO DO NORDESTE  
DO BRASIL  
COM O APOIO DO  
SETTLEMENT STUDY CENTER  
DE REHOVOT (ISRAEL)  
(MEMÓRIAS)**

FORTALEZA - CEARÁ - BRASIL

Programa de Desenvolvimento Regional Rural Integrado executado pelo Banco do Nordeste do Brasil  
com o apoio do Settlement Study Center de Rehovot (Israel) (Memórias) | Pedro Sisnando Leite ©  
2021 Pedro Sisnando Leite  
Impresso no Brasil. "Printed in Brazil"

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Diagramação, capa e impressão  
HBM Gráfica Digital  
[www.hbmdigital.com.br](http://www.hbmdigital.com.br)

Leite, Pedro Sisnando

Programa de Desenvolvimento Regional Rural Integrado executado pelo Banco do Nordeste do Brasil  
com o apoio do Settlement Study Center de Rehovot (Israel) (Memórias) / Pedro Sisnando Leite. -  
Fortaleza, CE: HBM Shopping das Cópias, 2021.

94 p. 14x21 cm

1. Economia. 2. Desenvolvimento Regional 3. Nordeste Brasil 4. Agroindustria.  
I. Título. II Autor.

Workshop Organizado  
pelo Prof. Raanam Weitz  
Diretor da Settlement Study Center,  
Rehovot, Israel,

Julho de 1977

# S U M Á R I O

<b>PRÓLOGO GERAL</b> .....	06
<b>PRIMEIRA PARTE</b> .....	11-
RESUMO DO WORKSHOP REALIZADO NO SETTLEMENT STUDY CENTER DE REHOVOT (ISRAEL) .....	13
<b>SEGUNDA PARTE</b> .....	51
LA RELACIONES URBANO - RURALES EN LOS PAISES EN DESARROLLO .....	52
<b>ICONOGRAFIA</b> .....	80

# PRÓLOGO GERAL

O Programa de Treinamento em Planejamento e Execução de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural Integrado foi patrocinado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, pela Universidade Federal do Ceará e pelo Centro de Estudos Regionais Urbano - Rurais de Rehovot (Israel), além da colaboração da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Iniciado em 1971, foram realizados como parte desse Programa dezessete cursos de especialização em Fortaleza, com a participação de 420 técnicos da região Norte e de todos os estados do Nordeste do Brasil. Os treinandos eram profissionais pertencentes às principais instituições regionais e estaduais de planejamento e execução de projetos de desenvolvimento rural.

Com o encerramento das atividades desse Programa em 1985, por força de restrições orçamentárias determinadas pelo governo federal, ficou como resultado uma das mais bem sucedidas iniciativas de formação de técnicos em desenvolvimento regional, em cooperação com instituições internacionais, dentro de uma metodologia inteiramente nova no Brasil, dirigida para apresentar resultados efetivos em benefício da região Nordeste.

O Programa de Treinamento em Planejamento e



Execução de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural Integrado (CPEDI) foi estruturado com a finalidade de preparar equipes interdisciplinares. Os participantes eram treinados teórica e praticamente no uso de instrumentos próprios de planejamento, avaliação e execução de projetos de desenvolvimento rural integrado, tarefas estas sempre ligadas a uma determinada área do Nordeste, selecionada para início de um programa real.

Outro grande mérito deste programa de treinamento foi a formação, nos diversos órgãos regionais e estaduais, de equipes de planejamento com a mesma formação básica e doutrinária, facilitando a coordenação mais efetiva entre estas entidades na busca do desenvolvimento regional. Eram ministrados no curso disciplinas que se relacionavam com a problemática do desenvolvimento rural, sobretudo no tocante ao Desenvolvimento Econômico, Agronomia, Planejamento Físico, Administração e Sociologia, além da capacitação para o trabalho em equipe.

O objetivo primordial da fase teórica consistia em proporcionar aos participantes do curso um manancial de conhecimentos necessários a um planejador agrícola com uma visão global dos problemas sócio econômicos. A par disso, buscava-se também dar condições aos alunos para a elaboração de um projeto real de desenvolvimento, que constituía a segunda parte do curso.

A fase prática, na qual se elaborava um projeto de desenvolvimento rural para uma dada área do Nordeste, constava de duas partes: A primeira destinada à análise macroeconômica da região como um todo; a segunda voltada para o planejamento detalhado da área prioritária. Para essa finalidade, eram realizados inicialmente os estudos de Pedologia, Hidrologia, Custos de Produção, Mercado, Sociologia e Cartografia. Para a elaboração desses estudos, os participantes utilizavam os recursos bibliográficos existentes, bem como aproveitavam as viagens à área do projeto para fazer levantamentos diretos. Era também concebido um modelo de organização espacial e de desenvolvimento dos três setores da economia regional, com a finalidade de melhor distribuição das unidades produtivas dentro do espaço físico, de acordo com o marco do planejamento regional integrado.

Concluídos esses estudos, os grupos eram desfeitos e se organizava uma grande equipe interdisciplinar para realizar o microplanejamento da área prioritária. Este segmento do trabalho abrangia os estudos de Microplanejamento Agrícola, Industrial, Planejamento Físico, Irrigação, Organização e Cooperativismo.

A duração do treinamento era de seis meses, em tempo integral, correspondente a 700 horas, das quais cerca de 250 destinadas à fase prática.

Como parte deste programa de cooperação com o Centro de Estudos Regionais Urbano-Rurais foram realizados diversos trabalhos de pesquisas, em conjunto com o Banco do Nordeste e as demais instituições patrocinadoras locais. Neste particular, merecem destaque os amplos estudos sobre as cooperativas dos projetos de irrigação do Nordeste e no tocante à industrialização rural, os quais tiveram amplas repercussões nos meios acadêmicos do país. O Banco do Nordeste publicou também quatro livros de autores israelenses, utilizados nos cursos que patrocinou e em muitas universidades e cursos de especialização e pós-graduação.

A todas as instituições e pessoas envolvidas neste projeto de treinamento e pesquisa, o Banco do Nordeste e a Universidade Federal do Ceará têm um grande débito de gratidão, razão por que concordaram em publicar o presente livro como registro desse trabalho pioneiro e subsídio para novas gerações de planejadores e executores de programas de desenvolvimento rural regional integrador.

**Pedro Sisnando Leite**

*Banco do Nordeste do Brasil*

*Departamento de Estudos*

*Econômicos do Nordeste do Brasil*

**1ª Parte**  
**Resumo do Workshop**  
**realizado pelo**  
**Settlement Study Center,**  
**Rehovot, Israel.**



Ministry of Foreign Affairs  
Ministry of Agriculture  
Ministry of Labour  
Ministry of the Interior  
Ministry of Housing

RECEIVED  
1977  
1977  
1977  
1977  
1977

19.5.1977

Sr.  
Pedro Sisanando Leite  
ESTRELA S.N.B.  
Fortaleza  
BRASIL

Estimado Sisanando,

En continuación de las conversaciones que mantuvimos durante mi última estada en Fortaleza, quiero insiatir sobre la necesidad de su visita a Israel, durante el próximo mes de Julio de 1977.

A pesar del acuerdo en principio al que llegamos respecto a nuestra futura cooperación, quedaron una cantidad de detalles que no tuvimos oportunidad de analizar por falta de tiempo y resoluciones formales.

Tomando en cuenta que hasta el mes de Julio serán aclarados algunos de estos aspectos generales, quiero invitar a Ud. a Israel para tratar los detalles de nuestra cooperación.

Esperando que pueda aceptar esta invitación y nos comunique la fecha exacta, reciba mis más afectuosos saludos.

Raanan  
Raanan Weitz

**Workshop Realizado no Settlement Study Center,  
Rehovot (Israel)  
em 10 Julho de 1997**

# **As Relações Urbanas - Rurais nos países em Desenvolvimento e a Industrialização Rural em Israel e no Nordeste do Brasil**

**Palestrante Convidado**  
**Pedro Sisnando Leite**  
Banco do Nordeste do Brasil

Rehovot, Israel,  
Julho de 1977

## **PARTICIPANTES DA REUNIÃO NO CENTRO DE ESTUDOS RURAL - URBANO DE REHOVOT**

Senhor Yaakov Vidislavsky, Diretor Acadêmico dos cursos e dirige também o Comitê Acadêmico do Centro de Estudos Regionais. Dr. Arie Sheskin, do Centro de Planificação do Ministério da Agricultura - o Centro de Planificação é conjunto com o Ministério de Agricultura; Rapahel Bar-El, já é conhecido, trabalha aqui no Centro, é um dos chefes de Pesquisas e é Conferencista, Professor em Ciências Políticas da University de Tel Aviv; Julia Margolis, já conhecem; Yehuda Dekel, é Diretor da Empresa de Desenvolvimento Industrial do Departamento de Colonização, responsável por toda industrialização rural e membro da Junta Diretiva do Departamento de Colonização; Zeev Unger, é o Diretor do Departamento de Planificação Regional do Departamento de Colonização; Zvi Veininger, Vice-diretor do Departamento de Colonização, responsável pela absorção, adaptação de novos imigrantes nos novos assentamentos e responsável por toda parte social nesse aspecto; Shinon Ravid, Diretor Geral do Departamento de Colonização; Gideon Vitkon, Diretor da Região Média do Departamento de Colonização; Dr. Dani Freeman, é Assessor do Diretor do Centro e também Chefe de Pesquisas aqui no Centro. Professor Arie Shachar.

As pessoas mencionadas são as melhores forças intelectuais e científicas de Israel, tanto no aspecto prático como teórico, em relação aos problemas do desenvolvimento rural. Participaram, também do workshop, os técnicos do Banco do Nordeste do Brasil, Acúrcio Alencar Araujo Filho e José Walder Leitão.



## APRESENTAÇÃO DO TEMA

**PEDRO SISNANDO:** Gostaria de iniciar dizendo que é uma grande satisfação da nossa parte, da parte do Banco do Nordeste do Brasil, em estar aqui em Israel, para estreitar nossas relações de amizade entre o Centro de Rehovot aqui e o Banco do Nordeste do Brasil.

Eu creio que, para maior proveito possível dessa reunião, vou mencionar qual é o nosso problema em termos da necessidade da colaboração do Centro para o Nordeste.

A questão com o que estamos preocupados está restrito a uma região do Brasil, o Nordeste do Brasil. O Nordeste tem uma longa história de políticas econômicas e programas para desenvolver e reduzir os desníveis regionais, econômicos e sociais. Mas foi nos últimos 25 anos que se criaram as instituições mais importantes, com o objetivo de estabelecer diretrizes políticas, organicamente bem concebidas e apoiadas em fundamentação de ordem econômica mais válida. No entanto, muitos desses programas jamais obtiveram qualquer sucesso.

O programa de industrialização dos centros urbanos do Nordeste tem sido considerado como um dos maiores e mais importantes programas de industrialização do mundo subdesenvolvido. Mas, todos nós reconhecemos em nível de governo, em nível acadêmico, em nível de estudos, que esse processo causou várias dificuldades à economia do Nordeste.

Esse processo criou várias dificuldades à região, como vou citar. Problema de concentração da renda, de urbanização; de esvaziamento do quadro rural e de estagnação da produtividade do setor agrícola.

Necessitávamos portanto de uma revisão política-econômica, que permita atacar de frente esses problemas centrais da economia regional e identificar qual seria a nova política. Com base na experiência internacional de várias partes do mundo.

Nós visualizamos na experiência do desenvolvimento de Israel, nas ideias do Dr. Raanan Weitz, um dos enfoques que nos pareceu apropriado para atacar o problema central da pobreza rural do Nordeste.

E é por isso que gostaríamos de aproveitar a oportunidade de agradecer em nome do Banco do Nordeste, a irrestrita e maciça cooperação que recebemos durante os últimos 10 anos do Centro, no sentido de difundir essa política, essa concepção de política econômica no Nordeste.

Mas entendíamos que era necessário termos uma doutrina, uma concepção abrangente do problema do desenvolvimento rural e depois treinar as pessoas que tomassem viável e transformasse em realidade essa concepção.

Nós temos um programa especial, o POLONORDESTE, para o setor rural que abrange um terço do Nordeste, e temos uma equipe de pessoas treinadas

e que são veículos de transmissão pragmática dessas ideias do Nordeste.

São 39 regiões nos nove Estados do Nordeste.

O nosso interesse com relação a manutenção das nossas relações com Israel se prende, nesse estágio, em que estamos entrando numa fase decisiva de demonstração da viabilidade dessa concepção, como essas coisas devem funcionar na prática, de acordo com a realidade do próprio Nordeste.

Pela experiência dos primeiros anos de desenvolvimento do programa em execução, nós identificamos alguns graves, difíceis problemas, com relação a essa adaptação.

A primeira dificuldade que tivemos, é que todos nós entendemos que o desenvolvimento econômico terá de fazer necessariamente, como um ingrediente do desenvolvimento, uma transformação estrutural, na qual a indústria passa a ter uma posição relevante.

Mas, a questão central, é de como obter essa industrialização descentralizadamente, e como combiná-la com a agricultura, para evitar o grande êxodo rural que existe no Nordeste.

A concepção do desenvolvimento integrado, constante da ideologia de Rehovot, é de que deveremos integrar a indústria com a agricultura, no próprio quadro rural, para permitir essas transformações estruturais sem

essa evasão das atividades do quadro rural. Partimos do conteúdo ideológico dessa ideia, no sentido de que deveremos apoiar esse desenvolvimento agrícola e essa combinação com a indústria em propriedades familiares.

A questão é como realizar essa industrialização rural, de modo que ela atinja o que nós queremos, que é uma maior igualdade, maior oportunidade econômica e que esse produto seja apropriado pelos agricultores e não pelos capitalistas como é hoje.

Toda a nossa agricultura está apoiada em pequenas propriedades fragmentadas, sem estar associada a cooperativas; ou a grande propriedade latifundiária, explorada por capitalistas.

Estamos propondo, de acordo com o nosso enfoque a associação cooperativa como base, para essa industrialização. Outra forma de combinação é a participação do governo, de empresários externos à região, e de agricultores, mas apoiados em algum sistema de associação dos agricultores.

De certo modo, iniciamos um programa com essa ideia, mas o produto final de 5 anos de experiência, é que nós terminamos financiando os grandes empresários e os grandes capitalistas.

E agora, reexaminando esse assunto aqui em Israel, começo a duvidar da possibilidade prática de interiorizar a

indústria, como estávamos pensando, apenas consensualmente. Desde que a industrialização rural aqui em Israel, segundo nós pudemos apreender, ela foi feita fundamentalmente na grande propriedade. Que o kibutz é a grande expressão dessa propriedade.

Segundo nos informaram, a industrialização dos Mochav foi insignificante, foi frustrante, decepcionante. Só uma minoria de Mochav tem indústrias em nível da cooperativa.

Porque a questão está nos parecendo que é de doutrina. É que lá no Nordeste teremos uma cooperativa com 10 mil hectares ou 20 mil hectares. Mas, pelo que estamos sentindo aqui, é o problema de associação, de falta de vínculos em nível da cooperativa que permita a industrialização.

Porque, segundo percebemos, o início da cooperativa aqui em Israel no Mochav, para a industrialização não eram muito fortes para permitir uma indústria conjunta. Depois eles estavam conscientes demais e já tinham agora suficiente liberdade para não se associarem a cooperativa.

A questão é: como vamos tomar realidade na estrutura social e econômica do Nordeste, a industrialização rural cooperativa, para permitir a viabilidade da concepção de integração no quadro rural? Ou a nossa interpretação está errada a respeito de Israel?

## DEBATES

**SR. RAANAN:** A título de introdução, você tocou em primeiro lugar num problema central do desenvolvimento rural de Israel. Eu vou dar a minha opinião no final. Aqui conosco tem vários especialistas, tanto do ponto de vista teórico e prático.

Quero explicar que no Nordeste não se trata exatamente de Mochav, mas de aldeias, onde os vínculos entre agricultores individuais e a cooperativa... No Mochav há uma identificação completa e absoluta entre a cooperativa e a estrutura municipal, ou seja, o Conselho de Administração do Mochav e ao mesmo tempo, a Prefeitura local.

O problema que foi levantado aqui é o nosso problema principal. Esse problema tem distintos pontos de vista entre os presentes. Eu vou expressar o meu ponto de vista pessoal e não necessariamente o ponto de vista do Departamento de Colonização.

E o problema começa do ponto que é o objetivo: Nós queremos trazer a industrialização para a zona rural. As dimensões de Israel, naturalmente, não se pode comparar com o Brasil. O nosso problema não é que não queiramos que haja cidades grandes. Mas, o nosso problema decorre de certos objetivos políticos, a dispersão da população pelo território do país.

Eu quero dizer que tenho fé muito grande na unidade familiar na agricultura, mas não na indústria familiar.

Eu acho que os dois objetivos principais da indústria das zonas rurais são: servir como elemento que permita completar o ingresso de agricultores que trabalham na agricultura em tempo parcial e servir como fonte de trabalho e ingresso a pessoas adicionais que possam viver para as zonas rurais, apesar de não trabalharem diretamente na agricultura.

Então, vejo duas formas possíveis de organizar indústrias a esse nível. Uma é através da associação cooperativa, quando as pessoas que trabalham na fábrica, na empresa, são os próprios donos. A outra possibilidade, é completar essa força de trabalho própria com o trabalho assalariado.

Então, se não falamos no momento, por enquanto, nem dos kibutz, ou de indústrias de tipo regional, não vejo nenhum inconveniente que venha a iniciativa privada para as zonas rurais, criando, digamos, novas fontes de trabalho que permitam completar o ingresso dos agricultores.

Acho que a indústria deve ser trazida mais em nível regional, por exemplo, cooperativa entre cooperativa, como empresas regionais, e o fato de haver essas empresas criará possibilidade de emprego adicional, aos mesmos empresários que trabalham em forma parcial, e emprego, renda, ingresso, para as pessoas que não trabalhem na agricultura.

Eu não conheço bem a agricultura, as zonas rurais do Brasil, mas se no Brasil não existe um objetivo de guardar ou conservar o aspecto puramente rural dos assentamentos, das aldeias agrícolas, dos assentamentos rurais, não há esse objetivo, vejo nenhum inconveniente que no marco de aldeia possam ser criadas indústrias.

No caso de Israel a industrialização trouxe um maior equilíbrio na distribuição dos ingressos, principalmente, porque em Israel, no processo de industrialização das zonas rurais, o governo tem uma participação muito grande, tanto em política de salários, como em financiamento, etc.

Eu entendo que se no Brasil, para levar a industrialização às zonas rurais, o Governo tem que dar uma série de incentivos para tirar as indústrias, dos grandes centros metropolitanos. Nesse caso eu acho que essa mesma política de incentivos pode servir de instrumento de controle para evitar uma acumulação exagerada da renda na mão dessas indústrias.

Resumindo, eu não acredito na pequena indústria, do tipo familiar, daquelas pessoas, digamos, que montam os relógios e que depois a cooperativa é uma associação de pequenos montadores de relógios. Creio na possibilidade de criar indústrias nas zonas rurais, como fonte de ingresso e trabalho adicional, mas não nesse marco da família.



**SR. YEHUDA DEKEL:** De acordo com o que foi dito aqui, entendo que vocês não tiveram oportunidade de visitar alguns lugares onde se pode ver os primeiros frutos da iniciativa industrial dentro do Mochav da região.

Aqui estamos falando da indústria dentro do Mochav, porque naturalmente, no nível regional, vocês viram que tem indústrias grandes, cooperativas, empresas regionais, e também empresas privadas. Apesar disso, a vossa impressão não está longe da realidade, porque realmente, somente nos últimos anos nós começamos a desenvolver esse aspecto da indústria no nível do Mochav.

É certo o que o Sisnando disse, de que não é possível copiar experiências de um país para o outro pela simples razão de que os dados básicos de cada região, de cada país são diferentes, e também os objetivos da política são diferentes nos dois casos. Se no Brasil existe um processo massivo de êxodo rural, migração do campo para a cidade, em Israel, nos últimos anos, vemos que há um fluxo de pessoas que vão da cidade para o campo. Pelo visto, até que não se possa diminuir as diferenças nos níveis de renda entre a cidade e o campo, parece que vai ser muito difícil de conter esse processo.

Como não conheço o Brasil é muito difícil dar conselhos de longe. Pelo pouco que sei e do caso do Nordeste, seria mais aconselhável a criação de indústrias no nível regional, e não ao nível familiar. E também deveria se averi-

guar a possibilidade de se organizar pequenas empresas industriais, na base de várias sociedades entre os agricultores.

Vocês mencionaram a concentração de renda nas mãos das empresas industriais, mas acho que sem uma política de fortes incentivos, é difícil esperar que as indústrias particulares, por exemplo, estejam dispostas a localizar seus empreendimentos nas zonas rurais, nas primeiras etapas, pelo menos. Assim, uma diferenciação que crie um incentivo seria difícil de lograr.

Conheço o Brasil somente pela música e pelos filmes. Parece que todo mundo quer conhecer o Brasil! Portanto, devido a isso, não conheço o Brasil, só posso falar do que eu acho das possibilidades da industrialização em zona rural, em Israel, e vocês teriam que tirar as devidas conclusões para o caso do Brasil.

A indústria moderna - e assim afirmo - não pode basear-se de nenhuma maneira, na unidade familiar. A indústria tem uma característica agregativa. A unidade agrícola familiar pode se manter durante muitos anos, dentro de certos limites, no entanto, a indústria - e muitas vezes nos enganamos com o tamanho da indústria no momento de criá-la - tem que ser grande, para poder competir, para poder chegar aos níveis tecnológicos que exige o mercado moderno.

As questões então se limitam a dois aspectos básicos: aspectos de política de industrialização e aspectos

organizacionais, sendo que o aspecto do marketing, comercialização, é um dos aspectos principais. A pergunta é: dentro do desenvolvimento rural, do tipo de agricultura que vocês estão planejando, que aspecto terá a comercialização ou marketing dos problemas agrícolas? Se será feito pelos próprios agricultores, se será feito pelo Governo, ou por organismos ou pessoas que estão fora da região. Isso já nos vai indicar também o caminho que deverá seguir a industrialização rural. Quais os objetivos políticos, se o objetivo, por exemplo, é eliminar a exploração dos agricultores, por fatores externos, e se é elevar o nível de vida dos agricultores. Eu suponho que um dos objetivos é esse, melhorar a distribuição da renda, elevando o nível de renda dos pequenos agricultores. Então, eu proponho uma técnica bastante simples, no aspecto de organização. Vamos aprender então do êxito das empresas capitalistas, vamos ver o que fazem as empresas capitalistas que são bem sucedidas, e vamos aplicar essas técnicas ao caso de um novo tipo de empresa, organizada de forma diferente.

Então, o problema organizacional é o seguinte: onde o agricultor vai vender o seu produto? Na porta da fábrica que vai processá-lo, ou depois que o produto foi processado? Então, em vez de que vamos dizer à empresa que faz a seleção e empacotamento das laranjas, ou qualquer outro produto que se produz na região, ele pode estar em mãos privadas, e o agricultor vender o produto a essa

pessoa, ou ao contrário, isso pode ser de propriedade dos mesmos agricultores. E aqui em não entro na tecnologia; a tecnologia pode ser comprada, assim como o capitalista pode comprar uma tecnologia existente, outro tipo de organização também pode comprá-la. A questão é organizacional, quer dizer, onde é que o agricultor vai vender seu produto? Na porta da fazenda, ou depois que o produto já passou uma etapa de elaboração e processamento?

O problema aqui é também de financiamento, quanto mais tempo o produto ficar na mão dos agricultores, naturalmente se o produto é processado, fica mais tempo, ele necessita de um sistema de financiamento, de capital de trabalho, capital circulante, capital de giro mais extenso. Então, a pergunta é: os agricultores, frente a uma empresa capitalista, se os dois têm as mesmas possibilidades de conseguir empréstimos ou créditos para poder criar empresas desse tipo?

Aqui em Israel, do ponto de vista do financiamento, os agricultores tiveram as mesmas condições e oportunidades que os capitalistas privados, para conseguir o capital para criar essas empresas. E não só com relação ao capital de investimento, mas também ao capital de giro, os agricultores tiveram exatamente as mesmas condições que os capitalistas ou qualquer outro tipo de empresa, para conseguir esse financiamento, outorgado pelos bancos e pelo Governo. Portanto, conseguimos desenvolver aqui um

sistema de comercialização controlado pelos agricultores, de tal maneira que o produto passa por distintas etapas de processamento, chega praticamente ao consumidor ou em sua forma final, ou quase na sua forma final, quando todas essas etapas são manejadas por organizações pertencentes aos agricultores. E também o sistema de comercialização da produção agrícola, praticamente até etapa minorista, ela está em mãos dos agricultores, ou seja, excluindo a etapa minorista, que é particular.

Esse naturalmente, é um sistema organizacional muito grande em sua escala, bastante complexo na sua estrutura, mas em princípio não vejo nenhuma dificuldade em que esse sistema possa ser aplicado em outros países, talvez começando por etapas sucessivas, mas sempre quando se possa contar com os instrumentos de apoio governamental, instrumentos financeiros que permitam organizar um sistema similar.

Quanto à forma detalhada de organização, pode haver várias variantes. Eu, pessoalmente, apoio o sistema cooperativo, que eu creio ser o sistema mais apropriado para organizar pessoas que no começo não têm recursos próprios e necessitam de recursos financeiros externos para poderem se organizar.

Em Israel, o sistema predominante da comercialização é o sistema cooperativo, que permite que o pequeno agricultor tenha acesso às fontes de crédito e que

possa participar na organização e na administração do próprio sistema.

Naturalmente que se o objetivo principal, único é dar trabalho à população local, pode-se pensar num esquema onde o Governo, através de sua política de incentivos, atrai empresas privadas que montam indústrias nas zonas rurais e criam trabalho, sendo função do Governo, ademais dos incentivos, a criação de obras de infraestrutura que permitam que a empresa privada trabalhe. Mas se tem como objetivo algumas metas sociais mais amplas, seria o caso de se pensar na participação da população local na criação dessas empresas industriais.

- Eu estou de acordo com a maior parte do que foi dito aqui, e quero insistir e dizer que do ponto de vista econômico, não é rentável a criação de indústrias ao nível de aldeia. Eu vejo uma diferença muito grande entre as condições de Israel e as condições de outros países, mas apesar de que não se pode copiar exatamente, transplantar as nossas experiências, creio que, sim, se pode aprender com elas.

De acordo com a minha experiência em países da América Central, com os quais trabalhamos, me parece que o problema inicial não é a industrialização rural em si, mas a industrialização dos produtos agrícolas na região ru-

ral. E se o problema inicial não é tanto de grandes somas de capital, da intensidade de capital das empresas industriais, mas é um problema de organização, de como organizar os agricultores, por exemplo, para que possam fornecer a matéria-prima a ser processada em forma estável e regular. O problema começa da organização dos mesmos agricultores. Se o problema então não é somente organizacional, é estrutural, no sentido de poder organizar os agricultores para que sejam capazes de fornecer matéria-prima em forma estável. Eu vi muitos casos onde indústrias rurais fracassaram porque os agricultores não foram capazes de assegurar, de garantir o fornecimento da matéria-prima agrícola.

Eu vejo que há um problema em organizar empresas industriais de forma cooperativa, e o fato é que indústrias cooperativas são muito poucas no mundo, não só nos países em desenvolvimento, mas no mundo, em geral.

Então, levando em conta o pouco que conheço dos países em via de desenvolvimento, apesar de que não conheço o Brasil, creio que uma industrialização séria, em grande escala, é impossível sem a participação do capital privado, com seus recursos financeiros e com o seu sistema de mercados.

Então, para evitar o problema da exploração do pequeno agricultor, na mão da indústria privada, a solução poderia ser a organização dos agricultores em cooperativas fortes, que seria negociadores frente às indústrias ca-

pitalistas em condições de igualdade, e dessa maneira se poderia assegurar a repartição equitativa dos benefícios gerados pelo processo industrial.

Naturalmente que teríamos que diferenciar entre dois tipos de indústria, pelo menos. Um tipo de indústria sofisticado, que são processos especiais, aos sistemas especiais de processamento de produtos agrícolas, como talvez vocês puderam ver em Miloto, não sei se estiveram lá; e empresas de outro tipo, que são, por exemplo, empresas de seleção e empacotamento de produtos agrícolas, que são empresas mais simples, que essa sim, eu creio que os agricultores possam controlar, que possam ser de propriedade dos mesmos agricultores. Portanto, eu não em apressaria em ir introduzindo grandes indústrias nas zonas rurais, sem antes organizar a infraestrutura local. E para mim, o elemento principal da infraestrutura é a organização dos agricultores. E então, só numa segunda etapa, tratar de criar empresas industriais mais sofisticadas, já tomando em conta a experiência já acumulada da organização dos mesmos agricultores.

**SR. RAPHAEL BAR-EL:** Eu tive o privilégio de conhecer a Região da qual se está falando, o Nordeste, além dos filmes, vi “Dona Flor” duas vezes!



Eu estou de acordo com a maioria do que foi dito aqui, mas o problema é se todos estamos tendo presente, estamos relacionando a região aos problemas que foram aqui apresentados, e quanto a isso, eu não estou com muita certeza.

A apresentação do problema da industrialização rural em Israel é basicamente um problema ao nível local, talvez dê mais trabalho, mais fonte de renda, às pessoas do Mochav ou do Kibutz. Eu não conheço no Nordeste do Brasil, muitos exemplos de assentamentos rurais do tipo Kibutz ou do tipo Mochav. Na medida em que existem alguns sistemas de assentamentos organizados, eles são uma fração mínima, um percentual mínimo dentro da população rural do Nordeste, tal como vejo o problema no Nordeste do Brasil, a questão não se trata de dar mais trabalho, mais fonte de renda local, mas é um problema de magnitude senão nacional, pelo menos de toda a região, de desenvolvimento total de uma bastante grande. (Opinião paralela)

“Aqui houve uma incompreensão, porque o “Rafia” apresentou que o problema do Nordeste não é como o problema de Israel, quando se trata ao nível local, no Mochav, do Kibutz, de criar uma empresa para completar o dia de trabalho do agricultor. Vocês estão falando do problema geral de estratégia de desenvolvimento de todo o Nordeste Brasil, ao nível

macro. É uma Região talvez tão grande quanto muitos países do Europa, por exemplo.”

Creio que não se trata de pegar uma região macro e dividir em vários pedaços de micro e dessa maneira resolver o problema. Não uma divisão, mas ter um nível em que cada pedaço dessa divisão seja uma pequena aldeia.

O problema da industrialização no Nordeste é da interiorização dessa industrialização, e qualquer lugar que não seja Fortaleza, Sobral ou Juazeiro já pode ser considerado como parte do “interlander” rural. E aqui quero lembrar que os resultados da pesquisa que fizemos sobre a industrialização rural no Nordeste do Brasil, indica que a estratégia de industrialização não deve ser baseada no nível de aldeia, no nível local. Nós dividimos o Nordeste em sub-regiões e os resultados da pesquisa indicam que nessas sub-regiões, que são suficientemente grandes, porque abarcam várias aldeias e vários centros urbanos, os resultados da investigação indicaram que as indústrias por serem criadas, deverão estar situadas nos centros urbanos dessas sub-regiões.

**Prof. Gideon Vitrkon:** que a industrialização deve se basear nas cidades locais, se bem que nem todas as indústrias devem ser concentradas na cidade, mas o centro do polo de industrialização deve ser a cidade local, cidade peque-

na. Isso não quer dizer que a aldeia rural, que quase não existe no Nordeste, uma aldeia organizada, não deva participar no processo de industrialização, mas ela não será o centro principal desse desenvolvimento industrial.

Quero dizer que estou de acordo com tudo o que se disse com relação à industrialização ao nível de aldeia. Para o caso de uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste do Brasil, não creio que o processo de industrialização deverá dar-se a esse nível de aldeia, apesar de que as aldeias não estarão fora, completamente, do processo, mas o polo de desenvolvimento industrial deverá estar localizado nas cidades rurais e não nas aldeias.

Eu pertenço aqueles que conhecem Israel e o Nordeste do Brasil, não o Brasil, mas o Nordeste do Brasil. Eu quero esclarecer o que se pode aprender de Israel e o que não se pode aprender de Israel. Israel é o único País do mundo onde existem dois sistemas organizacionais paralelos, em como não existem em nenhuma outra parte do mundo, e há um sistema organizacional dos agricultores por um lado, e o sistema organizacional urbano, dois sistemas à parte e paralelos. E nós deveríamos também ter concentrado todas as nossas indústrias nas cidades regionais, na zona de “La Frige”, mas por problemas políticos de Israel, isso não aconteceu. Isso nós temos sempre que ter em mente, essa característica peculiar de Israel, não obstante eu creio que se possa aprender bastante da experiência de Israel.

Nós aqui estamos falando o tempo todo da palavra região, mas é preciso ter em mente que região estamos falando, porque os sistema solar também é considerado uma região, dentro da Galáxia. E também se utilizam da palavra região para falar do Mercado Comum Europeu, a região Andina, por exemplo. Também se fala da Região Nordeste, que é quase igual a toda a Europa. Devemos definir a região, o conceito de região como uma unidade funcional, na qual nós tratamos de executar um determinado plano de desenvolvimento, e isso inclui as aldeias, a população rural, e os centros urbanos rurais pequenos.

Eu acho que a industrialização rural no Nordeste do Brasil só poderá ter êxito, se nós prepararmos a infraestrutura das pequenas cidades, as condições das pequenas cidades rurais. Do ponto de vista interno da região, a indústria estaria concentrada, mas do ponto de vista do Estado do Ceará, naturalmente ela estaria dispersa nas várias regiões que integram o Estado do Ceará. O Brasil teve grandes logros, grandes alcances, levando a industrialização para cidades com Fortaleza, Recife, etc., mas o problema agora é como partir daí e dispersar esse desenvolvimento para o interior, criando novos polos de desenvolvimento industrial no Interior do Nordeste.

Quero que fique claro que os esforços que nós fazemos aqui em Israel para levar a indústria para dentro da aldeia, são típicos daqui de Israel. Vi também na Holanda,

na Alemanha e na Suécia, também em duas, três, ao nível de aldeia, mas são países ou regiões que estão ao nível de automatização sofisticado. Talvez o Nordeste chegue a eles dentro de muitos anos. O problema é como criar condições, nas cidadezinhas do interior do Nordeste para que possam servir de base de local no qual se vai desenvolver a industrialização do Nordeste.

Então, quero apresentar aqui 3 pontos fundamentais. Em primeiro lugar, a criação da infraestrutura apropriada nessas cidades rurais. A criação de um sistema de incentivos que levem a indústria privada e a indústria cooperativa a estabelecerem-se nessas cidades do Interior. Em terceiro lugar, a planificação urbana dessas cidades do Interior, de tal maneira que possam absorver a mão de obra, inclusive da segunda geração, que venham a estabelecer-se e a trabalhar nessas indústrias, inclusive do ponto de vista social.

Quanto ao tipo de indústria, quero dizer uma coisa que a mim parece muito clara: que todas as indústrias de transformação, de processamento de matéria-prima agrícola, deve estar em mãos dos agricultores, e de organizações dos agricultores. Todo outro tipo de indústria, indústrias neutras, por exemplo, deve ser levada pela iniciativa privada.

Outra coisa que acho imprescindível é que sem uma intervenção massiva do Governo, tanto do ponto de vista financeiro como do ponto de vista organizacional, não se poderá levar a cabo tal tarefa.

O sistema de incentivos deve abarcar dois aspectos: um, o aspecto financeiro, através de crédito para inversões e para capital de trabalho, e outro, o aspecto organizacional, de tal maneira que o Governo esteja representado nesses lugares, por funcionários que tenham capacidade decisória para tomar as decisões adequadas no momento oportuno.

Creio que vocês devem visitar o que chamamos aqui de cidades de desenvolvimento, como Jiderot, para que possam ver indústrias em pequenas cidades rurais, não somente as empresas regionais, cooperativas, mas indústrias que estão ao lado das indústrias cooperativas, indústrias privadas e indústrias...

Acho que em Israel existem dois sistemas separados, paralelos, o sistema dos agricultores e o sistema urbano, onde há pouco contato funcional entre eles, mas isso não quer dizer que em outras partes, como por exemplo, no Nordeste, deva se repetir, exatamente tal como se fez aqui. O fato é que a experiência de Israel mostra que foi possível dispersar a industrialização do País, também em pequenas cidades do Interior, onde existe ademais, a indústria cooperativa e também indústrias privadas e públicas.

O Kibutz se industrializou para evitar que seus filhos, a segunda e a terceira geração saíssem, fossem do Kibutz para a cidade. O Mochav também deve fazer o mesmo, e está às vésperas de uma grande modificação no sentido de manter os laços familiares, e permitir que a segunda e a

terceira gerações continuem vivendo dentro do Mochav. Agora, esse é um problema típico daqui, de Israel, mas daí se pode aprender e ver que teve êxito a política da dispersão da industrialização, que não está somente concentrada nas grandes cidades, mas também numa grande quantidade de pequenas cidades no Interior rural. E essa é a lição importante que vocês podem aprender, no caso de Israel. Desse ponto de vista não há dúvidas que Israel teve êxito em dispersar a sua industrialização.

## COMENTÁRIO

**SR. PEDRO SISNANDO:** Estão sendo muito úteis para nós essas várias respostas, nós estamos aprendendo muito, mas estamos percebendo que a cada ideia que está sendo posta aqui, teremos desejo de fazer uma discussão e um comentário, porque elas todas contêm um grande elemento de diferenças ou opiniões semelhantes.

De modo que nós estamos exatamente tendo essa facilidade da gravação, e para nós, no Nordeste será uma fonte importante para as nossas discussões, debates, o exame de cada uma das opiniões que foram expedidas nesta reunião.

Só gostaria de fazer um comentário sobre tudo o que foi dito: como decorrência da experiência de desenvolvimento do Brasil, os problemas que essa política criou, há uma decisão política e social de desenvolver o Nordeste! E pretendemos combinar duas coisas muito difíceis, que é um acelerado crescimento da renda, e uma distribuição social do resultado desse desenvolvimento. Nós já demonstramos que podemos crescer rapidamente, nos últimos 15 anos, e que agora vamos ter que demonstrar que podemos distribuir socialmente esse resultado, porque se não fizermos isso, não teremos condições políticas de sobrevivência. Não temos opções. E, uma das políticas estabelecidas com essa finalidade, com esse objetivo, é o desenvolvimento rural integrado. E a questão agora é



como viabilizar o desenvolvimento rural integrado; já temos concepções bem concretas a respeito de como fazer isso. Infelizmente não haverá possibilidade de explicarmos qual essa política, mas nós podemos afirmar que ela se inspira, se fundamenta na experiência adaptável de Israel, e nas concepções do Dr. Raanan Weitz no tocante ao projeto específico para o Nordeste.

O problema grande adicional a esse, de como resolver o problema da integração intersetorial, é que gostaríamos de levantar agora, essa questão da integração da indústria com a agricultura e com os centros rurais; está associado a dois novos aspectos: o primeiro é uma questão quase que de ordem prática, é que nós entendemos, de acordo com a concepção do Dr. Raanan, que teríamos que fazer um desenvolvimento da agricultura por etapas. Mas, todos afirmam que o desenvolvimento por estágios levariam demasiadamente tempo, e quando nós o conseguirmos, todos estaremos mortos. O desafio então é como quebrar, como queimar essas etapas, sem violentar a concepção da adaptação por estágios.

Quero afirmar que os pontos de vista que estou colocando aqui não são pessoais, eu tenho minhas próprias convicções, estou mais tentando traduzir a concepção das coisas que discutimos no Nordeste, esse tipo de problema é o que estou colocando. Não são minhas, são conclusões gerais das discussões no Nordeste.

Do ponto de vista do que estamos observando também agora nessa nossa missão, observamos que os estágios que se concedem o desenvolvimento agrícola, também não são cumpridos, aqui em Israel.

A questão com a qual nos deparamos é se devemos colocar como condição sine qua non, uma condição indispensáveis, que esses estados sejam cumpridos, protelando-se os resultados futuros, ou se realmente poderemos realizar esse desenvolvimento mais aceleradamente, através de jumping's, saltos sobre esse desenvolvimento rural.

Nós já conhecemos as ideias do Dr. Emano, e teremos muita satisfação em ouvir as opiniões de outras pessoas sobre isso.

**DR. SHINON RAVID:** Com relação à pergunta anterior, a primeira, poderemos tomar em conta ideias, conceitos em relação a ela. É muito difícil dar uma resposta concreta sem conhecer as condições do País, do Nordeste.

Eu não sei se é possível dar saltos, saltar certas etapas, mas eu acho que a resposta depende da nossa capacidade de criar o sistema de apoio, mais do que preparar o agricultor... se a resposta não está no agricultor, individualmente, mas no sistema de apoio, se somos capazes de criá-lo ou não.

É possível pegar o agricultor individualmente, alguns agricultores, ou seus filhos, por exemplo, e fazer um salto, saltar algumas etapas, agora, para dar o salto de forma geral e coletiva, é questão de nossa capacidade de organizar todo o sistema de apoio, que é crédito, comercialização, extensão agrícola, etc.

- Eu acho que pode se encurtar ou acelerar o processo de desenvolvimento. Na Holanda também tem regiões de desenvolvimento, mas lá os candidatos para se estabelecerem nessas regiões devem ter pelo menos terminado a escola agrícola secundária, e ter pelo menos a terceira parte da inversão necessária. A pergunta é: quanto tempo se passará até que no Nordeste exista esse mesmo nível, digamos? Mas na Holanda existe um sistema de apoio, já criados por outros, e que permite facilmente que uma nova região seja desenvolvida rapidamente, ou seja, estou de acordo com o que foi manifestado anteriormente, de que a existência de um sistema de apoio é uma condição imprescindível para acelerar o processo de desenvolvimento, sendo que no sistema de apoio inclui também outros fatores, como a educação, o sistema educativo, o sistema de governo local, o sistema administrativo local, etc., e nesse caso, se há suficientes recursos em grande escala, postos à disposição por parte do Governo, ele vê que é possível acelerar o processo de desenvolvimento, sem seguir exatamente todas as etapas teóricas.

Se somos capazes de incluir nesse processo não somente a agricultura, mas também outros setores, como a indústria e os serviços, então poderemos obter um desenvolvimento mais acelerado, sem ver exatamente os limites, as fronteiras entre uma etapa e outra, mas com um processo contínuo.

**DR. DANI FREEMAN:** Eu acho que se pode saltar, mas somente aquelas etapas que já existem em alguma região do País, mas que é impossível, digamos, saltar etapas as quais o próprio país ainda não atingiu.

Pode-se preparar um plano de desenvolvimento que prevê etapas mais longínquas, mas tem que se levar em conta sucessivas etapas, ainda que se possa passar de uma etapa a outra de uma forma mais acelerada, mas deve-se passar por algumas etapas e essa é uma questão que depende do sistema de apoio. Como, por exemplo, mencionou El Ranan, existe mercado ou não existe mercado para certos tipos de produtos, etc. Por exemplo, a etapa dos cultivos industriais é uma excelente escola para o sistema de comercialização organizado. Sem isso, por exemplo, o sistema tradicional não é capaz de cumprir com êxito as funções para o caso de cultivos de tipo industrial, por exemplo, e nesse caso, tudo viria abaixo.

**PROF. RAANAN:** Uma nova iniciativa industrial, mesmo que não exista infra- estrutura, é que cria a pressão necessária para que se venha a criar a infra- estrutura. Eu não quero aqui estar em oposição com tudo o que foi dito anteriormente, mas acho importante que se leve em conta também outros pontos de vista, quando falamos no processo do desenvolvimento, porque também esse tipo de ideias e de pensamentos, podem trazer uma contribuição para o mesmo processo de desenvolvimento.

Vou fazer uma surpresa a vocês neste momento. O problema dos saltos é de primeira magnitude. É realmente muito difícil crer que possamos avançar na grande frente e estar sempre equilibrando todos os aspectos desse avanço. É um processo lento e prolongado, além de oprimir. Por outro lado eu quero lembrar que todos os países que quiseram dar esse salto deram esse salto, mas talvez quebraram a cabeça.

Quando estivemos na Venezuela, e vimos um País que tem recursos financeiros, e fomos a regiões parecidas com o Nordeste, e regiões que têm uma infraestrutura similar a que existe no Nordeste, estamos propondo para essa região, um processo diferente de tudo aquilo que ensinamos aqui, que eu próprio ensinei aqui. Nós propomos que o Governo incentive a criação de dois tipos de agricultura; agricultura familiar, cooperativa, em nível de camponeses, mas também o tipo de agricultura baseada já

no agricultor médio, uma agricultura especializada, mecanizada, principalmente cereais e cultivos industriais.

Isso sob certas condições claras: vamos evitar o fenômeno do empresário ausente, ou seja, o que é dono da terra, mas vive na cidade. Isso não devemos fazer de maneira nenhuma, porque isso pode fazer com que o processo vá em sentido contrário. São agricultores que têm educação secundária, eles têm uma parte do capital necessário e vão viver na zona do campo, e vão trabalhar junto com os assalariados. Para que essa proposta seja levada a efeito de maneira equilibrada, precisamos de um plano macro da região; que esse plano determine blocos onde se localizem essas duas formas de organização agrária com um denominador comum: o sistema de apoio das duas formas de organização agrária.

Estamos propondo um sistema de desenvolvimento no qual vão existir dois níveis diferentes de desenvolvimento. Dois níveis de tecnologia de produção. E a ideia é que os que são de tecnologia mais adiantada sejam uma espécie de fator de liderança, que carregue junto os demais. Mas aqui nós temos dois fatores limitantes, e temos que tomar em conta com a dissipação. E é em primeiro lugar, que o Governo determine a priori, dois níveis de ingresso diferentes para os dois tipos de agricultura e na Venezuela nós determinamos a relação de 1 para 3 nesses níveis de renda. É uma política clara e declarada do Governo, que

ela apoia dois setores, vamos dizer assim, com dois níveis de renda diferentes.

O segundo inconveniente é o trabalho assalariado, e esse grupo de assalariados vai ser parte da estrutura da região, e o que é uma coisa bastante perigosa, porque sabemos que no futuro, o proletariado agrícola pode ser um fator de desestabilização social. Estamos fazendo isso na base de um cálculo que leva em conta o risco calculado. Isso é um compromisso entre a meta de melhor distribuição do ingresso. Nós sabemos que nunca é possível, na prática, que a prática seja igual à planificação, que se obtenha uma distribuição perfeitamente igual ao do ingresso, mas aqui levamos em conta, a priori, uma diferença no nível de renda, de ingresso. Então, esse é um compromisso entre o objetivo de igualdade na distribuição, e o objetivo de dar um salto, acelerar o crescimento econômico. Mas, é um salto calculado, um risco calculado.

Na Venezuela, como no Nordeste, existe já uma segunda geração de camponeses, agricultores, aqueles que já têm educação secundária, e temos que levar em conta esse fator, se queremos que esse setor da população continue vivendo nas zonas rurais. Isso é algo novo que estamos tratando de introduzir, como parte da concepção da planificação integral.

No passado nós aprendemos de Raanan que deve haver um compromisso entre a economia da livre inicia-

tiva, que é a que garante alto rendimento por um lado, e a economia socialista, que assegura uma distribuição equitativa dos ingressos, da renda, e que a solução desses dois polos opostos é um sistema econômico misto.

O problema principal que nós vemos na Venezuela é que o sistema econômico existente, imperante, é o sistema capitalista, e isso é, em grande medida, resultado da existência da riqueza petrolífera e das riquezas minerais em geral, da Venezuela. Porque eu acho que todos os países podem estabelecer o sistema capitalista, a não ser que tenha o capital para estabelecer esses sistemas, e ao mesmo tempo descobrimos que há grande preocupação com o problema da distribuição equitativa do ingresso. E a solução que se buscou, no caso da Venezuela, até agora, é o caminho dos subsídios.

Propor um sistema de economia mista para uma região de um País regido por um sistema totalmente capitalista, é impossível.

Sem querer ampliar o tema, é claro que a planificação regional é parte, ou faz parte da planificação nacional e a proposta do Ranan, para o caso da Venezuela, é um pouco fora do comum e é realmente interessante ver o que vai sair dela, o que vai acontecer, na prática. Ela é original no sentido de que propõe dois sistemas diferentes dentro de uma mesma planificação, dentro da mesma região. Eu espero que essa solução dê bons resultados, e se assim for,



isso poderá ser um modelo interessante para outros países e regiões que estão enfrentando as mesmas situações, os mesmos problemas. É interessante dessa proposta que ela permite diagnosticar ou descobrir quem são os empresários que podem se desenvolver de forma rápida e imediata, e ao mesmo tempo integrar, dentro do processo, as massas da população que não está nas mesmas condições de tomar iniciativa como aquele grupo líder da população local, mais preparado, etc. Temos que ver isso como uma experiência e não ainda como marco teórico, mas se der resultados, poderemos tirar conclusões muito importantes.

**SR. PEDRO SISNANDO:** Gostaria de dizer uma palavrinha final, primeiro í agradecer a gentileza e oportunidade, o ensejo de trocar ideias sobre esse tema.

Segundo, lembrar que o Nordeste realmente se constitui atualmente um laboratório de experiências no desenvolvimento regional, e que o SERU está contribuindo para a solução de alguns desses problemas. Apesar dos problemas e dos fracassos que temos tido, também temos obtido êxitos em muitas outras áreas, e constantemente recebemos delegações de estudantes do mundo inteiro para examinar nossa experiência.

No caso específico da contribuição do SERU, nós temos uma cooperativa no Nordeste, que constitui a con-

trapartida desse esforço de encontrar uma concepção para a solução de problemas específicos.

Nós temos do lado brasileiro, um dos bancos mais importantes do País, que é o Banco Central; temos o Banco do Nordeste, que é uma das maiores instituições de desenvolvimento regional da América Latina; nós temos a Sudene, que é órgão de planejamento e coordenação de todo programa de desenvolvimento regional do Brasil; e temos uma instituição de muita expressão na execução dos projetos agrícolas, que é o DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; e uma das grandes Universidades do País, que é a Universidade Federal do Ceará. Todas elas constituem a contrapartida ao Centro, nesse programa do Nordeste.

Fazemos votos e temos esperança de que a colaboração do Centro possa continuar por alguns anos, desde que a nossa impressão é que ambos poderemos tirar proveito dessa cooperação.

**SR. RANAN:** Queria falar algumas coisas na presença do Presidente do Banco do Nordeste, mas como o Presidente adiou a sua visita para depois da nossa Páscoa, vou aproveitar essa oportunidade para manifestar minha opinião.

O Centro de Estudos Regionais, é hoje em dia membro de um grupo de trabalho europeu, internacional, que

se dedica aos problemas do desenvolvimento regional e rural. O grupo é integrado por 6 representantes das 6 instituições, talvez as mais dinâmicas que estão hoje envolvidas, atuantes nos problemas do desenvolvimento rural integral: Alemanha, Holanda, Suécia, Inglaterra, Israel. Esse grupo está disposto a examinar o enfoque, Rehovot, quando seja aplicado a uma região específica.

**2ª Parte**  
**LAS RELACIONES**  
**URBANO-RURALES**  
**EN LOS PAÍSES EN**  
**DESARROLLO**  
(A EXPERIÊNCIA DE ISRAEL)

Rehovot, Israel,  
Julho de 1977

# LAS RELACIONES URBANO-RURALES EN LOS PAÍSES EN DESARROLLO

Por: Raanan Weitz

La conexión entre el desarrollo económico y el crecimiento de las ciudades en el mundo Occidental no ha sido casual. La existencia continua de una población urbana depende en primer lugar del suministro regular de alimentos. Mientras la agricultura se basaba en una explotación agrícola de subsistencia, las posibilidades de crecimiento de la población urbana eran limitadas. Mas aún, los servicios de transporte eran tales que las ciudades solo podían contar con su vecindad inmediata como fuente de producción agrícola. Fue solamente, cuando el progreso científico y tecnológico dió impulso a una mayor eficiencia agrícola, al desarrollo de una estructura de apoyo y a la expansión del comercio y la industria, que se abrió el camino para el crecimiento de los centros urbanos. La aceleración de este proceso que tuvo lugar durante las tres últimas décadas, contribuyó a la formación de ciudades gigantes abarcando un área cada vez mayor e invadiendo los distritos rurales. Estas ciudades gigantescas dependen de un interior (“hinterland”) enorme, podría uno aventurarse a decir que el mundo entero constituye su “traspais”.

## LA SITUACIÓN ACTUAL EN LOS PAÍSES EN DESARROLLO

El hecho de que la urbanización en los países en vías de desarrollo haya culminado en la formación de ciudades gigantescas, se presto a que muchos planificadores y autoridades normativas llegasen a la conclusión de que dicha tendencia no solo era inevitable, sino deseable. La política de desarrollo debería, por lo tanto, proponerse desde el principio a crear grandes ciudades. Esta actitud, que algunas veces fuera expresada abiertamente y otras de manera más discreta, mereció el apoyo de muchos argumentos académicos cuya intención era demostrar que las grandes ciudades poseen una serie de ventajas susceptibles de acelerar el proceso del desarrollo.

¿Será deseable una política diseñada a estimular un enfoque semejante? ¿Acaso responde a las necesidades actuales de los países en desarrollo? El interrogante ha sido planteado ultimamente en muchos países. No cabe la menor duda de que la tendencia hacia concentraciones poblacionales cada vez mayores crea problemas que todavía no han sido resueltos en las sociedades desarrolladas y mucho menos en las sociedades con desarrollo insuficiente. Sin poder procurar una solución a los problemas básicos que preocupan a los países en desarrollo en la actualidad o en un futuro previsible.

La influencia perniciosa de dichas tendencias se manifiesta claramente en la congestión resultante de un transporte sobrecargado; la contaminación del aire y del agua; el aumento en el costo per capita, medio y marginal, de los servicios públicos; el crecimiento desastroso y la propagación de las así llamadas “ciudades hongos”, barrios insalubres (rancherios, favelas, vilias miserias, etc.), cuya incidencia no es meramente física sino profundamente cultural, económica y política y que conduce al fenómeno de la “primacía” y el “dualismo”.

Los distintos aspectos perturbadores que se ponen de manifiesto en los países opulentos, tienen un impacto mucho mayor aun sobre las sociedades tradicionales. Muchas hipótesis que fueran esgrimidas hace solo un decenio como postulados evangélicos resultaron ser bastante diferentes en la realidad. Resultô evidente que la rápida urbanización concentrada no logro reducir la brecha entre la ciudad y el campo ni incorporar a la esfera de influencia de la ciudad a un numero mayor de personas. La tasa de crecimiento de la poblacion en la mayor parte de los países de desarrollo es tan elevada que, a pesar dei incremento de la corriente migratoria hacia las ciudades, la población rural sigue creciendo. Al mismo tiempo, un porcentaje considerable de los migrantes no mejoran su nivel de vida una vez establecidos en la ciudad, sino que sustituyen la pobreza rural por una vida de subsistencia urbana.

Los países en desarrollo no pueden ni deben copiar las modalidades territoriales de la distribución población común a los países desarrollados. Dicha modalidad no se adapta a sus requerimientos de desarrollo económico y aun en los países desarrollados se plantean ciertas dudas respecto al beneficio que aporta a la sociedad en vista de sus necesidades, Las relaciones urbano-rurales necesitan un enfoque diferente susceptible de crear una estructura espacial distinta a la que se desarrollara en los países avanzados; una estructura que se conforme a las condiciones prevalecientes en los países en desarrollo, capaz de acelerar el proceso del desarrollo, especialmente en sus primeras etapas críticas.

Existen tres aspectos principales en el proceso de desarrollo que inciden directamente sobre el individuo: el empleo, los servicios y las relaciones sociales. Tomando estos tres aspectos, el modelo de distribución espacial basado en grandes concentraciones urbanas, no provee la respuesta a los problemas fundamentales que afectan a los países en desarrollo. Se plantea el interrogante si es posible crear un modelo de distribución poblacional que contribuya a acelerar el proceso del desarrollo a la luz de las condiciones imperantes en los países en desarrollo.

Al iniciarse la urbanización en los países desarrollados y obedeciendo a razones tecnológicas y de organización, fue esencial aumentar la concentración de la pobla-



ción. La movilidad ocupacional se vinculo, pues, con la inoivilidad geográfica dando como resultado el desplazamiento en masa de la población rural bacía las grandes ciudades. La ciudad, se convirtió en el foco de la expansión económica y del cambio social. Hoy día existe la potencialidad tecnológica y organizacional que permite, en cierta medida, separar la movilidad ocupacional de la física.

La posibilidad de transportar energía a grandes distancias y aun costo relativamente bajo; la existencia de distintos tipos de industria que no exigen locales con particularidades que solo pueden hallarse en las grandes ciudades; nuevos métodos de construcción de infraestructura relativamente baratos y rápidos; en fin, todo lo que atañe a servicios tecnológicos y organizacionales, se combinan para desconcentrar el proceso de urbanización creando una serie de ciudades pequeñas dispersas por todo el país.

Sin embargo, sin una cabal comprensión del enfoque adoptado hacia el desarrollo rural, es imposible planificar e implementar una política conducente a introducir un cambio bāsico en el proceso de urbanización actual,

A continuación ofrecemos una breve reseña del enfoque bacía el desarrollo rural integrado conocido como “El Enfoque de Rejovot”.

El “Enfoque de Rejovot” surgió a principios de los anos cincuenta como resultado de los problemas que atra-

vesara la sociedad israelí al recibir la inmigración en masa proveniente de los países afro-asiáticos.

Los inmigrantes trajeron consigo su tradicional estilo de vida y las modalidades tribales derivadas de una economía agrícola de subsistencia. A fin de establecerlos se concibió un plan en gran escala que comprendió la creación de más de quinientos asentamientos rurales, kibbutzim, moshavim shitufim y moshavim.

En 1955, los planificadores y las autoridades normativas adoptaron una actitud totalmente diferente. Bajo la jefatura del entonces Primer Ministro el Sr. David Ben Gurión y el Sr. Levy Eshkol, Ministro responsable por el Desarrollo Rural, se implementó el Plan Regional de Lajish. Durante el decenio que siguió, concluyó a dar sus frutos y se fue cuajando una nueva manera de resolver los problemas básicos en la esfera económica, social y cívica de una población rural, cuyo trasfondo era característico al del Tercer Mundo. En adelante, dichos métodos fueron aplicados a todas las regiones rurales de Israel.

Después de haberse acumulado gran medida de experiencia, se estableció en 1963 el Centro de Estudios Regionales Urbano-Rurales con el objeto específico de distinguir los fenómenos que son exclusivamente israelíes de aquellos que puedan tener incidencia en otros países. Un grupo de profesionales del Centro comenzó a desarrollar un enfoque que tuviera aplicación en los países en vías de

desarrollo del África, Asia y Latinoamérica.

A través de cursos de postgrado sobre Desarrollo Rural Integrado y proyectos experimentales piloto, se fue elaborando un método de desarrollo rural basado particularmente en la experiencia práctica. La estructura conceptual fue presentada por primera vez en un documento titulado “Acerca del Concepto de Desarrollo Rural Integrado”. Hacia fines de 1960 MIT auspició a un grupo de estudio y sus conclusiones dieron lugar a la publicación del libro “Desarrollo Rural en un Mundo Cambiante”, editado por Raanan Weitz.

Al mismo tiempo, el Fondo Siglo Veinte presto su apoyo a un proyecto de investigación cuyos resultados fueron resumidos en “De Campesino a Agricultor - una Estrategia Revolucionaria para el Desarrollo”. Transcurrieron otros diez años, durante los cuales se definieron con mayor claridad la metodología y la estrategia.

Durante ese período se llevaron a cabo numerosos proyectos haciendo uso del proceso de planificación manual, en Etiopía, Chile, Perú, Ecuador, Venezuela, Tailandia, Ghana, República Dominicana, Guatemala, México, Kenya, Malawi y otros diez proyectos en el Nordeste del Brasil, todos los cuales hallaron su expresión en “Desarrollo Rural Integrado - El Enfoque de Rejovot”.

## LAS REGLAS BASICAS DE LA ESTRATÉGIA

El “Enfoque de Rejovot” se basa en una estrategia claramente definida y una metodología de planificación que delinea la secuencia de actividades conducentes a su implementación. En tanto que los detalles de los métodos y las estructuras de los planes y su ejecución varían de un lugar a otro según las condiciones específicas de cada localidad, el enfoque integral puede aplicarse a todos los países de un cierto nivel económico, cuyo sector agropecuario, tanto por su volumen como por su eficacia, sigue siendo el principal sector económico.

La estrategia propuesta se basa en tres premisas fundamentales: El crecimiento agrícola constituye la clave del desarrollo rural; el desarrollo de la agricultura exige el desarrollo concomitante del sector secundario y del terciario; las fuerzas sociales desempeñan un papel importante en el desarrollo agropecuario. Este último principio reviste suma importancia pues la producción agrícola es el resultado de los esfuerzos de una multitud de productores individuales, cuya buena voluntad y aptitud de participar en un programa de cambio son cruciales.

A continuación exponemos cinco requisitos básicos que componen la estrategia destinada a lograr los objetivos postulados.

## **1. EL CRECIMIENTO AGRÍCOLA DEBE OCURRIR GRADUALMENTE Y EN ETAPAS BIEN DEFINIDAS**

El desarrollo agrícola avanza desde una economía de subsistencia a una economía orientada hacia el mercado, atravesando tres etapas bien definidas - la diversificación, la especialización y la automatización.

Los programas de desarrollo rural deben tomar en cuenta la inevitabilidad del proceso gradual de transformación que afecta la estructura de la unidad de explotación y las condiciones de oportunidades de empleo en el sector agrícola, factores decisivos en toda planificación y ejecución de políticas de desarrollo rural.

## **2. EL CRECIMIENTO AGRÍCOLA DEPENDE DE FACTORES ECONÓMICOS Y SOCIALES:**

El desarrollo rural puede lograrse únicamente si se basa en el crecimiento económico, el que a su vez no sería posible sin el aprovechamiento efectivo y ventajoso por parte de la población rural de su plenitud de recursos en mano de obra, tierra y capital. Es en esta etapa, cuando el país se esfuerza por salir del nivel de subsistencia, que la transformación agrícola es esencial. Por lo tanto, sostenemos que el crecimiento económico es el que da impulso al desarrollo rural y todo plan deberá ser capaz

de proponer un programa concreto para lograrlo. Pero esto no es suficiente

Uno de los problemas mas importantes que atañen a los programas de desarrollo rural, se relaciona con la propiedad y el manejo de las unidades de explotación agrícola. Tanto los que formulan las políticas de desarrollo como los planificadores, deben escoger entre dos modelos básicos de organización agrícola:

- La granja familiar, en la cual la mayor parte de las necesidades de mano de obra, desde las labores de campo hasta las de administración, son cubiertas por la familia misma.
- La granja administrada, que observa una separación entre la gestión y las demás labores y utiliza mayor cantidad de mano de obra de la que puede proveer la familia.

Para nuestros fines, hemos agrupado todas las formas de granja administrada: haciendas comerciales o plantaciones que emplean gran numero de asalariados; pequeñas granjas privadas que utilizan escasa mano de obra asalariada, distintos tipos de granjas estatales y granjas colectivas, tales como el koljõs en la Union Soviética, el ejido en México, el kibutz y el moshav shitufí en Israel. En todas estas explotaciones agrícolas se halla au-

sente la mano de obra familiar que caracteriza la granja familiar. En la mayoría de los casos, son las consideraciones económicas las que determinan la estructura de la explotación.

Con frecuencia se ignora la enorme fuerza social que representa la estructura de la propiedad y su impacto sobre la motivación de la población agrícola. Hay indicios que demuestran que, por lo general, el campesino anhela manejar su propia finca. El falaj dei Medio Oriente, el campesino en Sudamérica, el culí en el Sudeste de Asia - todos desean una granja propia y lo contemplan como el logro de sus aspiraciones más preciadas. El deseo universalmente compartido por una explotación agrícola propia, deriva de motivos sociales, psicológicos y económicos profundamente arraigados en el pasado histórico y en las condiciones vigentes en los países en vías de desarrollo.

### **3. EL SISTEMA DE APOYO CONSTITUYE UN REQUISITO ESENCIAL PARA EL DESARROLLO AGRÍCOLA**

El crecimiento y el desarrollo del sector agrícola dependen del sistema de apoyo tanto para la prestación de los servicios económicos, sociales y municipales como

para el manejo y la elaboración de los productos agrícolas.

El sistema de apoyo consiste de tres elementos principales: La infraestructura física y las facilidades necesarias para su operación; la estructura institucional adaptada a las consideraciones locales; la disponibilidad de mano de obra calificada y motivada.

En las etapas iniciales del desarrollo, de los que se ocupa el D.R.I., la operación de los servicios esta obstaculizada con frecuencia por limitaciones inherentes al sistema, tales como la baja productividad agrícola, el bajo nivel de capacidad tecnológica, la ausencia de una red de infraestructura, la escasez de capital y por sobre todo, una aguda carencia de mano de obra calificada. En esta etapa crítica del desarrollo, el sistema de apoyo debe satisfacer tres requisitos fundamentales: accesibilidad a centros de servicio, eficiencia en función de las economías de escala y concentración espacial en localidades específicas.

El primer requisito implica la máxima dispersión territorial de las instalaciones de servicio a fin de alcanzar el mayor número de pequeños productores diseminados sobre una gran extensión que no cuentan con los medios de transporte adecuados. La accesibilidad a los servicios es esencial para poder competir con éxito con los proveedores tradicionales que se hallan generalmente dentro o cerca de la aldea misma y cuyos servicios son más caros y menos eficientes. El termino “accesibilidad” se aplica no



solo a la distancia y al tiempo requerido para obtener un servicio, sino también a la manera de dispensário,

El segundo requisito implica eficiencia en la prestación de los servicios en términos de costo y calidad. La eficiencia es una función de escala. Para cada tipo de servicio existe un nivel mínimo por debajo del cual no puede funcionar eficazmente. Cuanto mayor sea la base poblacional y el volumen de los bienes que maneja, tanto más eficiente habrá de ser el servicio. Al mismo tiempo, la escala de operaciones queda limitada por el monto del capital disponible para el desarrollo del sistema de apoyo y por la capacidad de pago de los usuarios.

El tercer requisito estipula que los servicios que funcionan en una escala similar estén ubicados en una misma localidad, como ser un “Centro de Servicios”. Las ventajas son múltiples: En primer lugar, la concentración de los servicios, lo que reviste especial importancia en lugares donde el transporte es inadecuado. En segundo lugar, los costos de infraestructura se reducen al utilizarse caminos y otras instalaciones para prestar una serie de servicios. En tercer lugar, la proximidad de varios servicios promueve la cooperación y por ultimo, este tipo de “Centro de Servicios” puede atraer a personal calificado.

#### **4. LA ORGANIZACION PARA Y POR LOS AGRICULTORES:**

La organización de los productores agrícolas, sean campesinos, labradores o agricultores, es una condición esencial para la transformación del sector.

La transacción de una agricultura de subsistencia tradicional a una agricultura comercial diversificada, exige estructuras organizacionales adecuadas que mantengan las relaciones recíprocas entre los productores individuales y el sistema de apoyo. Dichas estructuras pueden ayudar al campesino a adaptarse a los cambios, necesarios dentro de su unidad de explotación como de la comunidad rural. Podría formularse en una ley concebida localmente y ejecutada por el gobierno.

La mayor parte de los programas de desarrollo para las áreas rurales prescriben la organización cooperativa como el principal instrumento para la transformación, la renovación y la expansión del sistema de apoyo vigente. Existe, sin embargo, un alto grado de confusión con respecto al carácter y a las funciones de las cooperativas.

Las cooperativas pueden ser divididas en dos grupos, cada uno con objetivos y funciones totalmente diferentes. Un grupo incluye las cooperativas de actividades múltiples que funcionan unicamente a nivel de aldea y el otro, cooperativas de finalidad única, que funcionan fuera de la aldea.

El agricultor de los países en desarrollo aún no se ha adaptado a los servicios necesarios para la transformación de su granja, principalmente por carecer de los medios, la competencia y el poder para hacerles frente a los intermediarios en un pie de igualdad. Es por eso que los proveedores de servicios no compiten entre sí y pueden imponer sus propios términos a los productores. En vez de prestarle un servicio al agricultor, lo explotan con frecuencia.

Por lo tanto, es indispensable que los agricultores mancomunen sus esfuerzos para establecer una organización de tal fuerza y volumen de operaciones que sea capaz de hacerles frente a los intermediarios. Una organización de tal índole es la cooperativa a nivel de aldea.

Las cooperativas localizadas fuera de la aldea no son necesariamente mejores o peores para el agricultor que cualquier otro proveedor de servicios, sea privado o público. Deberían ser juzgados por sus propios méritos y comparados con el grado de eficiencia de otros proveedores en lo que atañe a la satisfacción de las necesidades del agricultor.

## **5. LA INDUSTRIALIZACIÓN ES UN IMPERATIVO PARA EL DESARROLLO RURAL:**

El crecimiento agrícola y el desarrollo rural dependen de la industrialización para la producción de insumos; la elaboración de una porción cada vez mayor de la

producción agrícola y la absorción de materia prima; el incremento del empleo así como el aumento de la demanda local por productos agrícolas, especialmente alimentos perecederos. En los países en vías de desarrollo, la industrialización practicada hasta el momento no produjo estos resultados, pues refleja solo una imitación del proceso por el que atravesara el mundo opulento hace algún tiempo. Es así que la introducción inadecuada de empresas industriales sofisticadas, con gran intensidad de capital y bajo coeficiente de mano de obra dentro del mundo en desarrollo, solo logro crear el fenómeno moderno e indeseable dei “dualismo”.

## **LA URBANIZACION COMO FACTOR PROMOTOR DEL DESARROLLO**

La estructura urbana descentralizada es esencial para los países en vías de desarrollo pues en su derredor gira toda transformación rural. A fin de acelerar el proceso del desarrollo es necesario establecer un sistema de ciudades rurales que tenga como base una jerarquía de funciones. En la ausencia de un sistema semejante, es casi imposible crear la estructura industrial necesaria para el desarrollo de la agricultura, la que a su vez podría acelerar el desarrollo nacional. Las ciudades rurales son necesarias a fin de desempeñar tres funciones importantes en el proceso de desarrollo de los países subdesarrollados.

**En primer lugar**, procurar la base para poner en acción el sistema de apoyo. La creación de un sistema de apoyo que pueda prestarle sostén al proceso de desarrollo en las zonas rurales, involucra mucho más que la creación de algo que no existiera anteriormente. Con frecuencia se despierta el antagonismo de grupos interesados que de tiempos inmemoriales recogieron fáciles ganancias. El comerciante minorista de la aldea que también es el prestamista, el comerciante mayorista de la ciudad vecina que también otorga créditos durante tiempos difíciles y a veces hasta el funcionario de gobierno que se considera el símbolo de la autoridad, todos se combinan para oponerse a cualquier cambio y resistir toda organización nueva. Las limitaciones se manifiestan en las pequeñas cantidades producidas al principio por cada granja, en el bajo nivel de conocimientos técnicos del campesino, en la falta de infraestructura, en la escasez de capital disponible para tal fin y por encima de todo en la insuficiencia, de mano de obra calificada capaz de hacerse cargo del sistema. Inhibido por tales condiciones, el sistema de apoyo tiene que forcejear para imponerse. El papel que desempeña en esta etapa inicial y crítica del proceso de desarrollo es decisivo, pues está destinado a prestar sostén activo durante el período de transición en el cual la granja de estructura económica cerrada pasa a producir cantidades cada vez mayores orientadas hacia el mercado.

Antes de desarrollar y de activar un sistema nuevo de tal índole, hace falta ganarse la participación de un personal profesional y empresarial, como ser, maestros, médicos, ingenieros, tecnólogos, planificadores, extensionistas agrícolas, etc. Dicho personal no está dispuesto, por lo general a vivir en la aldea, pero tampoco es necesario que así sea ya que atenderán a la población de un número de aldeas. Lo que necesitan es un centro urbano que les brinde servicios y otras conveniencias de nivel aceptable. De no existir una ciudad rural suficientemente grande y adecuada que satisfaga las necesidades de dicho personal, se acomodarán en las ciudades principales sin que puedan realizar las tareas que imponen las necesidades del desarrollo. Convendría recordar en este contexto de que ciertos países en desarrollo sufren por la imposibilidad de suministrar empleo a aquellos que han adquirido idoneidad profesional. Las oportunidades de empleo en la gran ciudad son limitadas y la presencia de una clase de intelectuales desocupados acarrea consigo una amenaza a la estabilidad política, tan necesaria para el constante estímulo del desarrollo,

**En segundo lugar,** las ciudades rurales pueden servir de localidad apropiada para el fomento de las industrias que deben ser dispersadas en las regiones rurales. La agricultura no puede crecer por sí misma, el desarrollo concomitante de la industria es esencial no solo para el

crecimiento de la economía nacional sino también para el progreso del sector agropecuario, El sector no-agrícola deberá ser capaz de absorber el excedente de mano de obra agrícola y los productos resultantes de una producción agrícola más eficiente. Al mismo tiempo, deberá dispensarle al sector agrícola todos los bienes y servicios esenciales para su desarrollo.

Esta acción sincronizada no puede seguir las pautas que determinaron la riqueza actual de los países desarrollados, a pesar de que la orientación general sea similar. La industrialización puede convertirse en un instrumento de desarrollo solamente si se adapta y se aboca a la solución de los problemas centrales de los países en desarrollo, o sea, al avance de la agricultura y a la creación dei mayor número de lugares de trabajo incurriendo en una inversión mínima de capital.

Este tipo de industria debe basarse en unidades de producción relativamente pequeñas, haciendo uso de tecnologías simples que no necesitan de trabajadores con un alto grado de competencia profesional y que permite aprovechar con mayor eficiencia la mano de obra disponible en los países de desarrollo que, por lo general, carece de formación profesional avanzada.

Debido a su tamaño y naturaleza, las industrias con menor intensidad de capital, no deben ubicarse necesariamente en las grandes ciudades. Por el contrario, una porción

considerable podría dispersarse a través de las zonas rurales con sede en las ciudades rurales. De tal manera, contribuirán al fomento de las interrelaciones entre la agricultura y la industria sin recurrir a inversiones en gran escala, en un sistema ramificado de instalaciones básicas que vinculan los grandes centros urbanos con el interior agrícola.

Las empresas podrían ser de carácter variado, aunque revisten mayor importancia las que se dediquen a la transformación de la producción agrícola.

La ubicación de tales empresas en los distritos rurales goza de varias ventajas: Reduce el desplazamiento de la población hacia las grandes ciudades en busca de trabajo y permite a los profesionalmente aptos a que encuentren empleo en su propia región. La importancia es doble: por una parte contribuye a preservar la estabilidad de la sociedad rural durante el proceso del desarrollo y por la otra, no requiere nuevas inversiones dentro de los grandes centros urbanos, para la vivienda y la expansión de los servicios.

Más aún, la presencia de trabajadores industriales dentro del área rural, crea un mercado local para la producción agrícola, particularmente los productos perecederos, que no pueden ser transportados a largas distancias sin que exista una infraestructura organizada para dicho fin. Siendo que la rentabilidad por día de trabajo de dichos productos es muy elevada, la existencia de un mercado local sería un incentivo para que el agricultor incorpore esos cultivos



a su granja e incremente de esta manera sus ingresos.

De tal suerte, el establecimiento de empresas industriales, junto con la introducción de mejoras en la producción agrícola, podrán completar el ciclo económico tan esencial para el proceso de desarrollo íntegro y en las condiciones prevalecientes en los países de desarrollo.

El cierre del ciclo que vincula la industria con la agricultura en las etapas tempranas del proceso de desarrollo puede convertirse, por lo tanto, en una posibilidad practica si se dispersaran las empresas industriales a través del área rural. Ello implica la ubicación de fábricas relativamente pequeñas, con un nivel tecnológico adecuado, en centros urbanos pequeños dispersos por todo el país. Al mismo tiempo es evidente que no todas las industrias se adaptan a los distritos rurales y que debería realizarse un estudio de factibilidad para los diferentes tipos de industria tomando en cuenta las condiciones particulares de cada región.

Las ciudades rurales son esenciales, pues, para el desarrollo que vincula la industria con la agricultura. Ahí podrían concentrarse las industrias agrícolas y otras industrias auxiliares y aprovechar el excedente de mano de obra que deja libre una agricultura mejorada.

**En tercer lugar**, las ciudades rurales pueden traer al campo la cultura urbana y acelerar el proceso de moderni-

zación. La proximidad de la ciudad representa para el agricultor una fuente de estímulo en procura de cambio y un futuro mejor. En la ciudad puede encontrar un mercado para su producción, mejores servicios y una fuente alternativa de empleo cercano en caso de abandonar la actividad agrícola. Aquellos que abandonan sus granjas podrán seguir manteniendo contacto con sus aldeas nativas, dada la corta distancia que las separa de la ciudad rural. En caso de desearlo, pueden seguir viviendo en la aldea y trabajar en la ciudad.

Este tipo de desarrollo urbano ofrece otras ventajas: En las etapas iniciales será posible reducir la inversión en el sistema de apoyo limitando la creación de los vínculos entre la ciudad y el campo a áreas restringidas, sin invertir en un sistema de alcance nacional diseñado para conformarse a la gran ciudad. También la inversión en los servicios es más baja. Podemos concluir diciendo que el desarrollo de las ciudades rurales es esencial para todo el proceso de desarrollo dentro de las condiciones que predominan actualmente en los países de desarrollo.

Rejovot  
Marzo de 1982.

## BOOKS AND ARTICLES

1. Cohen, John M., "Integrated Rural Development: Clearing out the Underbush", Sociologia Ruralis, Vol. 20, No. 3, July 1980.
2. Food and Agriculture Organization, Report on the FAO/SIDA/DSE Interregional Symposium on Integrated Rural Development. Rome, 1978.
3. IBM Japan. Concept of Regional Development Planning. Tokyo, IBM Scientific Centre, Report GE18-18260-0.
4. Katz, S.M., Menuhin, N. and Ludmer, H. Study of the Regional Organizations and Management of Development in Israel. Rehovot, Settlement Study Centre, 1978.
5. Kötter, H.R., "Some Observations on the Basic Principles and General Strategy Underlying Integrated Rural Development," Monthly Bulletin of Agricultural Economics and Statistics, Vol. 23, No. 4, 1974.
6. Lowry, I.S. "Seven Models of Urban Development: A Structural Comparison" in: Hemmens, G.C. (ed.), Urban Development of Models. Washington, D.C., National Academy of Sciences, Highway Research Board, 1968.
7. McNamara, Robert S., Address to the Board of Governors. Washington D.C., The World Bank, 1980.
8. Pearson, L.B. et al. Partners in Development; Report of the Commission of International Development. London, Pall Mall Press, 196S.

9. Prion, I., Development Trends of. Spatial Rural Cooperation in Israel. Rehovot, Settlement Study Centre, 1968. (Publications on Problems of Regional Development, No. 3.)
10. Putman, Stephen H. A Guide to Using Dram, Empal, Calib, Procedures for Land Use Model Caliberation and Forecasting Either Independently or Fully Integrated with the Transportation Sub-Models of the UTPS or Other Transportation NetWork Packages. Pittsburgh, University of Pennsylvania, Department of City and Regional Planning, Urban Simulation Laboratory, 1978.
11. Rivkin, M., "Settlement on the City of Tomorrow in the Developing Countries" Ekistics, December 1966.
12. Smedley, B.S. "The Development of Software Systems to Aid in Physical Planning". IBM Systems Journal: 17(4): 1978.
13. Stöher, W.B. Interurban Systems and Regional Economic Development. Washington D.C., Association of American Geographers, 1974. (Resources Paper No. 26).
14. UR1SA 80. Ends and Means of Urban and Regional Information Systems: Bridging the Gap in the 1980's. Papers from the Annual Conference of the Urban and Regional Information System Association, August 17-21, 1980, Toronto, Ontario. Edited by Rolf R. Schmitt.
15. Waterston, A. Development Planning: Lessons of Experience. Baltimore, John Hopkins Press, 1965.
16. Weitz, R. On the Concept of Comprehensive Rural Development. Rehovot, National and University Institute of Agriculture, 1963.

17. Weitz, R., ed. Rural Development In a Changing World. Cambridge, Mass. MIT Press, 1971.
18. Weitz, R. From Peasant to Farmer: A Revolutionary Strategy for Development. New York, Columbia Univ. Press, 1971.
19. Weitz, R. Integrated Rural Development: The Rehovot Approach. Rehovot, Settlement Study Centre, 1979. (Publications on Problems of Regional Development N°. 28.)
20. Westley, G. Guidelines for the Appraisal of Farm Development Projects and Farms in Users Guide. Washington D.C, IDB Economic and Social Development Departments, Country Studies Division, Project Methodology Unit, 1981. (Inter-American Development Bank. Papers on Project Analysis No. 12 and 13.)
21. Wignaroju, P. “From the Village to Global Order” Development Dialogue, N°. 1. 1977.
22. The World Bank. Rural Enterprise and Nonfarm Employment. Washington D.C., 1978.
23. Yudelman, M. The Role of Agriculture in Integrated Rural Development Projects; The Experience of World Bank. Paper contributed to the XVIth International Conference of Agricultural Economists, Kairobi, 26.7 - 4.8.76.
24. Wulf, R. “On the Concept of ‘Integrated1 Rural Development’”, Economics: A Biannual Collection of Recent German Contributions to the Field of Economic Science, N°. 17, 1978.

25. Arbel, Y., et al. (1976). Modelo de Planificación dei Desarrollo Integral de la Región Cuadrangular dei Proyecto Esmeraldas. Rehovot, Centro de Estudios de Colonización Rural y Urbano.
26. Arbel, Y. et al. (19/6j. Integrated Regional. Planning Model - Piura Tumbes (Peru), Rehovot, Settlement Study Centre (Course in Comprehensive Rural Regional Development Planning).
27. Arbel, Y. et al. (1976). Proyecto de Planificación del Desarrollo Regional Integral del Valle de Aconcagua (Chile). Rehovot, Centro de Estudios de Colonización Rural y Urbano.
28. Arbel, Y. et al. (1978). Resumen del Modelo de Planificación Rural Regional Integral de la Costa de Chiapas-México. Rehovot, Centro de Estudios de Colonización Rural y Urbano. (Curso de Post-Grado sobre Planificación del Desarrollo Rural Regional Integral. 1977-1978).
29. Freeman, D. et al. (1980). Planificación dei Desarrollo Rural Integrado de la Región VII - Digesa Noronente de Guatemala. Rehovot, Centro de Estudios Regionales Urbano-Rurales. (Curso de Post-Grado sobre Planificación dei Desarrollo Rural Regional Integrado).
30. Prion, I. et al. (1980). Proyecto de Planificación dei Desarrollo Rural Integral de la Región de Guanara - Masparro (Venezuela). Versión Preliminar. Rehovot, Centro de Estudios Regionales Urbano-Rurales. (Curso Post-Grado sobre Planificación dei Desarrollo Rural Regional Integrado).
31. Prion, I. et al. (1980). Lampang Region - Thailand: An Inte-

- grated Rural Development Project. Rehovot, Israel - Lampung, Thailand. SSC (Post- Graduate Course in integrated Rural Regional Development Planning).
32. Prion, I. et al.(1982). Wineba-Swedru Region (Ghana): An Integrated Rural Development Project. Rehovot, Israel - Accra, Ghana, Settlement Study Centre (Post-Graduate Course in Integrated Rural Regional Development Planning) Forthcommg 1982.
  33. Pelley, D. et al. Nakuru-Nvandarua Region (Kenya): An Integrated Rural Development Project. Rehovot, Israel - Naírobi, Kenya. Settlement Study Centre. (Post-Graduate Course in Integrated Rural Regional Development Planning). Forthcommg 1982.
  34. Prion, I. (1981). Proyecto de Planificación Región Sur República Dominicana. Rehovot, Centro de Estudios Regionales Urbano-Rurales (CERUR) (Fundación David - Publicaciones sobre Desarrollo Rural Integrado N° 1).
  35. Prion, I. et al. Proyecto de Planificación Región Sur Pacosan, República de Peru. Rehovot, Centro de Estudios Regionales Urbano-Rurales (CERUR) (Fundación David - Publicaciones sobre Desarrollo Rural Integrado N° 2) Forthcoming 1982.
  36. Pelley, D. et al. Zomba-Machmga Region (Malawi): An Integrated Rural Development Project. Rehovot, Israel - Zomba, Malawi. Settlement Study Centre (Post-Graduate Course in Integrated Rural Regional Development Planning). Forthcoming 1982.

37. Erel, D., Braga, A, Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado “Vale Acarau”, Brazil, Banco do Nordeste do Brazil, S.A. I Curso de Planejamento e Execução de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural Integrado, BLB-UFC e Centro de Estudos de Rehovot (Israel), Fortaleza, Julho 1972.
38. Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado Açú- Apodi Rio Grande do Norte. Curso de Planejamento e Execução de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural Integrado. Banco do Nordeste do Brazil S.A., Fortaleza 1974 (Team Leader: D. Erel).
39. Estatísticas e Informações Básicas da Região do Baixo, Jaguaribe - CE VI. Curso de planejamento e Execução de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural Integrado. Banco do Nordeste do Brazil. Fortaleza 1976, (Team Leader: D. Erel).
40. Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado da Região Moxoto - Ipanema (Pernambuco). Curso de Planejamento e Execução de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural Integrado, Banco do Nordeste do Brazil, Fortaleza 1975, (Team Leader: D. Erel).
41. Projeto Regional do Norte de Sergipe, Edição Não Revisada. Ministério do Interior, Banco do Nordeste do Brazil, Fortaleza, 1979 (Team Leader: D. Erel).



# ICONOGRAFIA

## SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO - POLONORDESTE



*Pedro Sisnando Leite, Banco do Nordeste do Brasil;  
Raanan Weitz, Settlement Study Center;  
José Lins de Albuquerque, coordenador do POLONORDESTE  
David Bruhis, chefe da Missão Técnica Israel/SUDENE*

## Técnicos discutem política de desenvolvimento agroindustrial



O colega aposentado Pedro Sinsando, aqui na CFC, fala no encontro de sua experiência sobre agroindústria.

## Banco discute plano de ação para a agroindústria



Discutindo sobre população e renda.

O Governo Federal vai dispor, até o próximo mês de julho, de um plano de ação para o fortalecimento e crescimento da agroindústria na Região. Para isso, técnicos de órgãos envolvidos com o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) participaram, dia 26 de julho, no Banco, em Fortaleza, da reunião mensal do Comitê de Acompanhamento do Estudo sobre Agroindústria no Nordeste, criado pelo Exatino Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE).

Iniciado em setembro do ano passado, o estudo, no qual será avaliada a formulação da proposta política de desenvolvimento agroindustrial, leva em conta os pólos de produção irrigada na Região, considerando-se o funcionamento

adicional de máquinas-ferros a ser gerado pelo Programa de Irrigação do Nordeste (PIDNE). Do trabalho, além dos técnicos do BNH, participaram também representantes do Centro de Aperfeiçoamento dos Economistas do Nordeste (CAEN).

### Estudos básicos

No encontro, foram apresentados os estudos básicos, atualmente em fase de conclusão, que subsidiarão o relatório final do estudo. O economista e funcionário aposentado do Banco, Pedro Sinsando Leite, por exemplo, mostrou o "Retrospecto e Tendências da Renda e População" já o técnico José Luciano Rebelo, do ETENE, falou sobre a "Situação

Atual e Perspectiva da Produção da Agricultura Irrigada", trabalho feito em conjunto com José Milton Nogueira e José Peçolan Coelho.

José Dantas de Sabeira e Francisco Correia de Oliveira, ambos do CAEN, apresentaram, separadamente, "Análise Multidimensional da Agroindústria Nordestina", e um "Estado do Consumo e Exportação de Produtos Agroindustriais". Outro trabalho em elaboração está a cargo do agrônomo Alfredo Lopes Neto, enquadrado ao estudo como consultor externo.

### Conclusões

Para o Chefe do ETENE, Lincoln Corrêia de Aguiar, "esse estudo justifica o resgate o Programa de Desenvolvimento Agroindustrial do Nordeste (PDANI) como proposta principal de política do setor na Região".

Já o Coordenador do Comitê de Acompanhamento do Estudo sobre Agroindústria no Nordeste, Antônio Enock de Vasconcelos, acha que o relatório final deverá elementos de pesquisa de campo que chegue as conclusões de que tipo de agroindústria melhor se adequa à Região.